

Estudo Técnico Preliminar 205/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 262443

2. Descrição da necessidade

2.1. No Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 temos:

3. São diretrizes específicas a cada elemento dos Estudos Preliminares as seguintes:

3.1. Para a identificação da necessidade da contratação:

a) Atentar que a justificativa da necessidade deve ser fornecida pela unidade requisitante da contratação.

2.2. A justificativa da necessidade da contratação foi apresentada no Documento de Formalização da Demanda da seguinte forma: "Entende-se que a contratação de seguro patrimonial para proteção dos bens imóveis e móveis é indispensável, pois é forma eficiente de zelar pelo patrimônio público, garantindo a recomposição do erário pela ocorrência de eventual sinistro que gere dano ou perda patrimonial".

2.3. A contratação de seguro para o patrimônio não é obrigatória, porém é dever do gestor zelar pela integridade dos bens públicos.

2.4. Tendo em conta que o prêmio total pago pela apólice no último ano (R\$259.180,42) representou somente 0,01797% do valor total dos bens segurados (R\$1.442.602.416,20) e que a contratação pretendida certamente não deverá ter custos superiores, entendemos ser prudente e vantajoso realizar a contratação proposta a fim de garantir a recomposição do patrimônio do BC em caso de sinistro.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DEMAP/DILOG	Gustavo Jardim de Moura
DEMAP/DILOG/SUSAP	Carine de Alcântara Santos de Lucena
ADCUR/COLIP	Everton Lodetti de Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. No Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 temos:

3. São diretrizes específicas a cada elemento dos Estudos Preliminares as seguintes:

[...]

3.3. Requisitos da contratação:

a) Elencar os requisitos necessários ao atendimento da necessidade;

b) No caso de serviços, definir e justificar se o serviço possui natureza continuada ou não;

c) Incluir, se possível, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada;

d) Avaliar a duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza continuada, que poderá, excepcionalmente, ser superior a 12 meses, e justificar a decisão;

e) Identificar a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

f) Elaborar quadro identificando as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendem aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização destes requisitos.

4.2. Os serviços de seguro enquadram-se no conceito de serviços continuados dado pelo art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público.

4.3. A caracterização do seguro como serviço continuado também é reconhecida pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 600/2015 – Plenário).

4.4. A duração inicial do contrato deverá ser de 12 meses, que é o prazo costumeiramente adotado no mercado segurador para a vigência das apólices, e também se alinha à Orientação Normativa AGU nº 38, de 13/12/2011:

Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que:

a) o prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses;

b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a administração;

4.5. Como se trata de serviço de características comuns e de natureza continuada, não há necessidade de providências no objetivo de promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

4.6. Para os serviços de seguro há no mercado um considerável número de fornecedores, visto que se tratam de serviços costumeiramente contratados tanto por órgãos públicos como por empresas privadas.

4.7. Requisitos necessários ao atendimento da necessidade: sociedade seguradora autorizada a operar nos termos da legislação vigente. Para comprovação da qualificação técnica da licitante, será exigida apresentação de Certidão de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.

4.8. Para facilitar futuras supressões que eventualmente venham a ser necessárias, pode-se prever no edital da licitação a atribuição de prêmios individuais para cada imóvel.

4.9. Quadro de fornecedores: ao menos as seguintes empresas, que atuam em âmbito nacional, podem atender a demanda, pois já forneceram apólices de seguro patrimonial para o Banco Central ou possuem contratos com outros órgãos públicos para o mesmo objeto, conforme verificação no Portal de Dados Abertos e no Portal da Transparência, ambos do Governo Federal:

- Sampo Seguros S.A, CNPJ: 61.383.493/0001-80;
- Tokio Marine Seguradora S.A, CNPJ: 33.164.021/0001-00;

- Mapfre Seguros Gerais S.A, CNPJ: 61.074.175/0001-38;
- Aliança do Brasil Seguros S.A, CNPJ: 01.378.407/0001-10;
- Generali Brasil Seguros S.A, CNPJ: 33.072.307/0001-57;
- Chubb Seguros Brasil S.A, CNPJ: 03.502.099/0001-18;
- AIG Seguros Brasil S.A, CNPJ: 33.040.981/0001-50;
- AXA Seguros S.A, CNPJ: 19.323.190/0001-06 e
- Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, CNPJ: 61.198.164/0001-60.

5. Levantamento de Mercado

5.1 No Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 temos:

3. São diretrizes específicas a cada elemento dos Estudos Preliminares as seguintes:

[...]

3.5. Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo e solução a contratar:

a) Considerar diferentes fontes, podendo ser analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;

b) Em situações específicas ou nos casos de complexidade técnica do objeto, poderá ser realizada audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício;

5.2. A licitação em um item único, como no Pregão nº 41/2019 realizado por este Banco Central para contratação do mesmo objeto, se mostrou compatível com o objetivo de racionalização dos procedimentos administrativos.

5.3. Além disso, concluímos ser viável a manutenção da realização da licitação para contratação de apenas uma apólice de seguro (um item), estipulando um Limite Máximo de Indenização (LMI) único, abrangendo todos os imóveis, que não precisa corresponder à soma dos valores em risco de cada imóvel. É comum no mercado segurador, quando a apólice abrange mais de um local de risco, a adoção de LMI único equivalente ao local de maior valor em risco. Assim, analisando a contratação atual, entendemos como vantajosa a possibilidade de emissão de apenas uma apólice, com possível redução do prêmio a ser pago tendo em vista a menor exposição total ao risco assumida pela seguradora. O risco de acontecerem eventos capazes de destruir todo o patrimônio mobiliário e imobiliário do Banco Central ao mesmo tempo é mínima, tornando desnecessário e contraproducente efetuar seguro abrangendo o valor total dos bens.

5.4. Assim, entendemos que o mais interessante para o Banco Central, para nova contratação, é manter a realização da licitação em um único item, com estipulação de um LMI único para cada cobertura a ser contratada.

5.5. A definição deste LMI único possibilita relativa liberdade de escolha no serviço público, a critério do gestor (que detém o conjunto das variáveis do processo e analisa a melhor alternativa para a administração pública). Ademais, é comum no mercado a adoção de LMI equivalente ao local de maior valor em risco.

5.6. Portanto, para esta contratação de seguro para o BC, sugere-se a estipulação de um LMI único de R\$550 milhões, que corresponde, aproximadamente, ao valor total em risco do Edifício-Sede de Brasília (R\$ 542.100.308,00). Entende-se que desta forma o Banco Central terá uma cobertura suficiente, pois é razoável estimar que o risco de sinistros que superem este valor, no período de 1 ano, tende a zero. Em se extinguindo a apólice por utilização total, em caso de sinistro, seria realizado novo processo, com semelhantes características, não expondo o Banco Central a nenhum outro risco.

5.7. Sobre a forma de contratação das coberturas, no seguro a Primeiro Risco Absoluto a seguradora responde pelos prejuízos, integralmente, até o montante do limite máximo de garantia, sem aplicação de cláusula de rateio.

5.8. Já o seguro a Primeiro Risco Relativo é comum nos ramos Compreensivos e Riscos Nomeados e Operacionais, e é normalmente utilizado sempre que houver a probabilidade de qualquer bem do segurado, num determinado

local, ser atingido por um mesmo evento, sem que o dano seja total. Nesse tipo de contratação o segurado declara, no momento da contratação, o valor em risco dos bens (valor em risco declarado – VRD). No momento do sinistro, é apurado o valor em risco dos bens (VRA). Se esse valor for superior ao valor em risco declarado, haverá aplicação de cláusula de rateio e a indenização será reduzida na proporção da diferença entre o prêmio pago e aquele que seria efetivamente devido.

5.9. Foi possível verificar que muitas seguradoras não operam com o seguro a Primeiro Risco Absoluto para as coberturas básicas, ou, quando operam, exigem que os laudos de avaliação tenham sido emitidos por empresas especializadas e independentes. E, de acordo com a SUSEP (http://www2.susep.gov.br/download/cartilha/cartilha_susep2e.pdf):

A adoção da cobertura a primeiro risco absoluto significa considerável aumento do montante de indenizações a cargo do segurador, se comparados com a cobertura a risco total. Assim, em geral, os prêmios são maiores para esta forma de contratação.

5.10. Dessa forma, propõe-se que a forma de contratação da cobertura básica seja a Primeiro Risco Relativo, o que poderá proporcionar a participação de mais seguradoras na licitação e reduzir o preço do prêmio na apólice, sem que isso implique em maior exposição ao risco pelo Banco Central.

5.11. Quanto às coberturas adicionais, há um extenso rol de possibilidades previstos nos planos das seguradoras. Cabe ao segurado definir as coberturas desejadas, com respectivos limites e franquias. Na presente contratação, foram avaliadas as coberturas adicionais já contratadas, bem como as coberturas costumeiramente negociadas por outros órgãos públicos. Dessa forma, chegou-se à proposta de contratação de coberturas adicionais contra os seguintes riscos: Vendaval; Impacto de Veículos Terrestres e Queda de Aeronaves; Danos Elétricos; Responsabilidade Civil operações; Alagamento e Inundação; Desmoronamento; Derrame d'água ou Outra Substância Líquida de Instalações de Chuveiros Automáticos (sprinklers), Sistema de Hidrantes e Mangotinhos; Tumultos, Greves, Lock-out; Vidros, Espelhos, Mármore e Granitos.

5.12. Portanto, as coberturas que deverão ser contratadas estão discriminadas no quadro a seguir:

Cobertura básica	LMI Único	Franquia máxima
Incêndio, Queda de Raio, Explosão/Implosão de qualquer natureza	R\$ 550.000.000,00	Isenta, com exceção dos locais nº 2, 7, 8 e 10 (arquivos/depósitos), em que a franquia será de 10% dos prejuízos, com mínimo de R\$11.000,00
Coberturas adicionais	LMI Único	Franquia máxima
Vendaval	R\$ 11.000.000,00	10% dos prejuízos, com mínimo de R\$5.500,00
Impacto de Veículos Terrestres e Queda de Aeronaves	R\$ 11.000.000,00	10% dos prejuízos, com mínimo de R\$5.500,00
Danos Elétricos	R\$ 5.500.000,00	10% dos prejuízos, com mínimo de R\$5.500,00
Responsabilidade civil Operações	R\$ 2.200.000,00	10% dos prejuízos, com mínimo de R\$2.200,00
Alagamento e Inundação	R\$ 2.200.000,00	10% dos prejuízos, com mínimo de R\$2.200,00
Desmoronamento	R\$ 2.200.000,00	10% dos prejuízos, com mínimo de R\$2.200,00
Derrame d'água ou Outra Substância Líquida de Instalações de Chuveiros Automáticos (Sprinklers), Sistema de Hidrantes e Mangotinhos	R\$ 2.200.000,00	10% dos prejuízos, com mínimo de R\$2.200,00
Tumultos, Greves, Lock-out	R\$ 2.200.000,00	10% dos prejuízos, com mínimo de R\$2.200,00
Vidros, Espelhos, Mármore e Granitos	R\$ 550.000,00	10% dos prejuízos, com mínimo de R\$2.200,00

5.13. Para que não restem dúvidas, é importante esclarecer alguns conceitos:

5.13.1. Limite Máximo de Indenização (LMI) é o limite especificado para cada cobertura; assim, a cobertura básica tem seu próprio LMI, a cobertura de vendaval tem outro, e assim por diante;

5.13.2. LMI Único é o limite estipulado para uma cobertura abrangendo vários locais; no nosso caso, a soma dos valores de todos os imóveis é de R\$ 1.682.594.400,42, mas estamos estabelecendo LMI Único para a cobertura de incêndio de R\$ 550 milhões; já para a cobertura de danos elétricos, por exemplo, o LMI Único é de R\$ 5.500.000,00, abrangendo todos os locais de risco;

5.13.3. Limite Máximo de Garantia (LMG), por sua vez, diz respeito à toda a apólice, abrangendo locais e coberturas; no nosso caso, o LMG também está sendo estabelecido em R\$550 milhões, mas seu valor máximo poderia ser até a soma dos LMI de todas as coberturas, o que dá R\$589.050.000,00.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. No Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 temos:

3. São diretrizes específicas a cada elemento dos Estudos Preliminares as seguintes:

[...]

3.7. Descrição da solução como um todo:

a) Descrever todos os elementos que devem ser produzidos/ contratados /executados para que a contratação produza resultados pretendidos pela Administração;

6.2. A solução a ser contratada, portanto, consiste em seguro para cobertura total do patrimônio mobiliário e imobiliário do Banco Central do Brasil.

6.3. O seguro deverá compreender cobertura básica (incêndio, raio e explosão/implosão) e demais coberturas estipuladas, discriminadas no item 5.12 destes Estudos Preliminares.

6.4. A forma de contratação da cobertura básica deverá ser a Primeiro Risco Relativo.

6.5. O Limite Máximo de Garantia da apólice deverá ser único para todos os locais de risco, no valor de R\$550 milhões.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. No Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 temos:

3. São diretrizes específicas a cada elemento dos Estudos Preliminares as seguintes:

[...]

3. 4. Estimativas das quantidades:

a) Definir e documentar o método para a estimativa das quantidades a serem contratadas;

b) Utilizar informações das contratações anteriores, se for o caso;

c) Incluir nos autos as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte;

d) Para os casos em que houver a necessidade de materiais específicos, cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação, avaliar a inclusão de mecanismos para tratar essa questão.

7.2. Os imóveis que serão objeto de seguro foram indicados pelos administradores dos bens patrimoniais de cada praça, e correspondem aos edifícios de propriedade e uso do Banco Central do Brasil.

7.3. Os Valores em Risco Declarado de cada imóvel foram apurados da seguinte forma:

- Edificação – a área de engenharia do BC (DEMAP/INFRA) realizou, em fevereiro de 2024, avaliação para fins securitários de todos os prédios;
- Conteúdo – os valores de MMU (Máquinas, Móveis e Utensílios) e MMP (Materiais e Matérias-Primas) foram obtidos, em janeiro de 2024, por meio dos sistemas de controle de estoques do Banco Central: MOV TEN – móveis e utensílios e REFORMAT – materiais de consumo.

7.4. Dessa forma, a relação dos bens que serão objeto de seguro é a seguinte:

Nº	Cidade	Endereço	Atividade	CEP	VALOR EM RISCO - EDIFICAÇÃO	Sistema Reformat - Materiais e Matéria Prima em Estoque (MMP)	Sistema Movten - Máquinas, Móveis e Utensílios (MMU)	VALOR EM RISCO - MMU/MMP	VALOR TOTAL - RISCO - EDIFICAÇÃO + MMU/MMP
1	Brasília	Sector Sudeste Sul (SES) - Quadra 3 Bloco B - Set. Sede	Escritórios e sala-fole	60074-900	R\$ 424.857.224,32	R\$ 1.123.784,69	R\$ 18.189.253,89	R\$ 19.313.038,58	R\$ 444.170.262,90
2	Brasília	Sector de Indústrias Gráficas (SIG) - Quadra 03 Bloco B	Arquivo de documentos e salas de contábeis	6810-480	R\$ 8.526.863,88	R\$ 1.785.261,21	R\$ 10.750,00	R\$ 10.322.875,09	R\$ 19.854.022,98
3	Brasília	Sector de Clubes Esportivos Sul (SCE-S) - Tracado 2 Corridão 31 lotes 1Ae 1B - UNICAP/Seco	Centro de treinamento (escritórios, sala de aula)	62004-022	R\$ 50.007.021,56	R\$ 0,00	R\$ 23.625.621,15	R\$ 23.625.621,15	R\$ 73.632.642,71
4	Brasília	SQ2534 Bloco Caplaes: 201, 202, 203, 204, 301, 302, 401, 302 e 606	Apartamento social de elite	62004-030	R\$ 25.859.096,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.859.096,30
5	Rio de Janeiro	Avenida Presidente Vargas, 730, Centro	Escritórios	20074-900	R\$ 169.947.833,81	R\$ 313.195,77	R\$ 21.962.191,97	R\$ 22.275.387,74	R\$ 192.223.221,55
6	Rio de Janeiro	Avenida Rio Branco, 31, Centro	Escritórios e sala-fole <i>(Prédio tombado pelo IPHAN)</i>	20060-001	R\$ 12.231.358,48	R\$ 0,00	R\$ 326.454,54	R\$ 326.454,54	R\$ 12.557.813,02
7	Rio de Janeiro	Rua Marquês, 15, Centro	Imóvel desapropriado, com utilização apenas de área do pavimento térreo (arquivo de documentos e depósito)	20060-050	R\$ 7.503.360,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.503.360,78
8	Rio de Janeiro	Rua Faria Lima, 550, Anilândia	Depósito e arquivo de documentos	22941-290	R\$ 16.330.094,40	R\$ 0,00	R\$ 4.025.950,25	R\$ 4.025.950,25	R\$ 20.356.044,65
9	São Paulo	Avenida Paulista, 1504, São Paulo	Escritórios e sala-fole	05310-622	R\$ 206.189.058,32	R\$ 68.260,01	R\$ 21.463.837,30	R\$ 21.532.097,31	R\$ 227.721.155,63
10	São Paulo	Rua Faria Lima, 290, Socorro	Arquivo de documentos e depósito de materiais	04754-010	R\$ 13.359.252,30	R\$ 0,00	R\$ 65.188,71	R\$ 65.188,71	R\$ 13.424.441,01
11	São Horizonte	Avenida Afonso César, 1625 - Bairro Santa Agatânia	Escritórios e sala-fole	30170-008	R\$ 115.036.071,01	R\$ 95.465,88	R\$ 11.224.821,32	R\$ 11.320.287,20	R\$ 126.356.358,21
12	Salvador	Boulevard Castilhos França, 709, Campina	Escritórios e sala-fole	40104-020	R\$ 57.269.481,98	R\$ 43.838,41	R\$ 6.000.188,19	R\$ 6.044.026,60	R\$ 63.313.508,58
13	Porto Alegre	Av. Plácido de Góes, 25, Centro	Escritórios e sala-fole	91040-081	R\$ 33.757.032,48	R\$ 77.266,33	R\$ 7.710.822,36	R\$ 7.788.088,69	R\$ 41.535.121,17
14	Rio de Janeiro	Rua de Azeite, 259, São Amaro	Escritórios e sala-fole	50040-030	R\$ 90.025.522,00	R\$ 86.890,53	R\$ 8.691.255,55	R\$ 8.778.146,08	R\$ 98.803.668,58
15	Salvador	Praceta 181 Centro Administrativo do Estado (CAE)	Escritórios e sala-fole	41745-001	R\$ 115.403.765,28	R\$ 317.851,09	R\$ 8.616.944,31	R\$ 8.934.795,40	R\$ 124.343.560,78
16	Curitiba	Av. Cândido de Abreu, 348, Centro Cívico	Escritórios e sala-fole	80330-014	R\$ 89.789.228,18	R\$ 50.860,45	R\$ 8.601.598,55	R\$ 8.652.459,00	R\$ 98.441.687,63
17	Porto Alegre	Rua Fide Salomão, 585, Centro	Escritórios	90070-190	R\$ 36.406.515,88	R\$ 18.940,25	R\$ 5.500.195,15	R\$ 5.519.135,40	R\$ 41.925.651,28
TOTALS					R\$ 1.438.322.550,43	R\$ 2.384.019,24	R\$ 248.207.830,78	R\$ 250.591.950,02	R\$ 1.688.904.500,42

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 323.050,63

8.1. No Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 temos:

3. São diretrizes específicas a cada elemento dos Estudos Preliminares as seguintes:

[...]

3.6. Estimativas de preços ou preços referenciais:

a) Definir e documentar o método para estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais, devendo seguir as diretrizes de normativo publicado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

b) Incluir nos autos as memórias de cálculo da estimativa de preços ou dos preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte;

8.2. Inicialmente, para fins comparativos, apurou-se que as despesas com os seguros dos imóveis do BC nos últimos anos foram: R\$206.700,00 (2019), R\$196.000,00 (2020), R\$194.100,00 (2021), R\$236.570,00 (2022) e R\$259.180,42 (2023).

8.3. Em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, foi conduzida uma pesquisa de preços de mercado a partir do Painel de Preços do Compras, buscando licitações recentes de outras instituições públicas.

8.4 Tal seleção resultou em duas propostas apresentadas a outros órgãos públicos. Foi feita uma análise individual e identificamos que uma contratação foi realizada de acordo com o valor equivalente do local de risco e a outra com LMI único, abrangendo vários locais. Além disso, consideramos, também, a proporção referente à contratação atual, atualizada em meados de março do ano passado. O resultado está detalhado na tabela abaixo:

Demonstrativo de Preços	Valor equivalente ao local de risco	LMI único	Contratação atual LMI (considerando renovação 2023)
Nº Pregão	60/2023	012/2023	
Órgão Contratante	Câmara dos Deputados	TRT 15ª região	BCB
Proposta apresentada por	Mapfre Seguros Gerais S/A	Tokio Marine Seguradora S/A	Sompo Seguros S.A.
Quantidade de locais de risco	1	29	26
Maior valor em risco	-	R\$ 227.979.795,56	R\$ 529.974.726,77
Valor total da cobertura básica para todos os locais de risco	R\$ 56.904.295,98	R\$ 635.530.904,86	R\$ 1.442.602.416,20
Prêmio Total	R\$ 80.000,00	R\$ 156.279,61	R\$ 259.280,55
Proporção sobre todo local de risco	0,14059%		
Proporção LMI		0,06855%	0,04892%
Média proporção LMI		0,05874%	

8.5. A partir da taxa média apurada na pesquisa de mercado para a licitação que adotou o LMI único, procuramos definir o valor de referência desta licitação:

LMI único para a apólice a ser contratada	R\$ 550.000.000,00
Taxa média da pesquisa de preços	0,05874%
Prêmio estimado	R\$ 323.050,63

8.6 Em vista do exposto, propõe-se adotar como preço referencial para esta licitação o valor de R\$323.050,63 (trezentos e vinte e três mil, cinquenta reais e sessenta e três centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. No Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 temos:

3. São diretrizes específicas a cada elemento dos Estudos Preliminares as seguintes:

[...]

3.8. Justificativa para o parcelamento ou não da solução:

a) O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

b) Definir e documentar o método para avaliar se o objeto é divisível, levando em consideração o mercado fornecedor, podendo ser parcelado caso a contratação nesses moldes assegure, concomitantemente:

b.1) ser técnica e economicamente viável;

b.2) que não haverá perda de escala; e

b.3) que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade;

9.2. O objeto desta licitação não deve ser dividido em itens, visto haver várias seguradoras que podem atender a demanda de uma contratação em uma única apólice. Dessa maneira, entendemos que se justifica a contratação conjunta desse serviço, por implicar em evidente vantagem para o Banco Central, já demonstradas anteriormente no item 5 deste documento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. O Contrato ADCUR nº 50.595/2019 tem por objeto o seguro de danos para os imóveis pertencentes ao Banco Central do Brasil, abrangendo prédios e respectivos conteúdos, cuja vigência se finda em 28.05.2024. A contar de 29.05.2024 se dará início à vigência da nova apólice.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. No Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 temos:

3. São diretrizes específicas a cada elemento dos Estudos Preliminares as seguintes:

[...]

3.2. Referência aos instrumentos de planejamento do órgão ou entidade, se houver:

a) Indicar se a contratação está alinhada aos planos instituídos pelo órgão ou entidade tais como Plano de Desenvolvimento Institucional ou Planejamento Estratégico, quando houver;

b) Informar a política pública a que esteja vinculada ou a ser instituída pela contratação, quando couber.

11.2. A contratação em curso está alinhada com a Cadeia de Valor do BCB:

MACROPRODUTO: Gestão e Suporte do BCB

Processo de 1º Nível: Gestão e suportes organizacionais

Processo de 2º Nível: Administrar patrimônio e serviços de apoio

11.3. A contratação pretendida está alinhada com as Orientações Estratégicas do BCB formuladas para o período de 2020 a 2025. para consecução da missão do BCB de “Garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade”.

11.4. A contratação também está prevista no Plano de Contratações Anual.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. No Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 temos:

3. São diretrizes específicas a cada elemento dos Estudos Preliminares as seguintes:

[...]

3.9. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

a) Declarar os benefícios diretos e indiretos que o órgão ou entidade almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos (por exemplo, diminuição do consumo do papel ou energia elétrica), bem como, se for o caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade;

12.2. Propomos a continuidade dos moldes atuais da contratação, em um único item, visando a racionalização dos procedimentos administrativos, visto que diminuimos o ônus do Banco Central em termos de custos relacionados ao tempo e ao número de servidores envolvidos na gestão contratual.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. No Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 temos:

3. São diretrizes específicas a cada elemento dos Estudos Preliminares as seguintes:

[...]

3.10. Providências para a adequação do ambiente do órgão:

a) Elaborar cronograma com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores;

b) Considerar a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado;

c) Juntar o cronograma ao processo e incluir, no Mapa de Riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo;

13.2. Não existe necessidade de adequação do ambiente de trabalho para a nova contratação, tendo em vista se tratar de licitação para a continuidade de serviço atualmente prestado, cujo modelo de execução não sofrerá alterações significativas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Esta contratação observará em todas as fases do procedimento as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, observando o Decreto nº 9.178/2017; a Lei nº 12.305/10 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; a Instrução Normativa SLTI /MP nº 1, de 19/01/10 e a legislação e normas ambientais, no que couber.

14.2. Opina-se que não há, no Guia de Licitações Sustentáveis da AGU, recomendações específicas para os itens pretendidos. Ainda assim, observar-se-á os seguintes Requisitos de Sustentabilidade, quando aplicáveis:

- Menor utilização de recursos naturais em seus processos produtivos;
- Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- Menor presença de materiais perigosos ou tóxicos;
- Maior vida útil;
- Geração de menor volume de resíduos;
- Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre os recursos naturais;
- Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na confecção, na embalagem, no transporte e no armazenamento dos materiais a serem adquiridos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 No Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 temos:

3. São diretrizes específicas a cada elemento dos Estudos Preliminares as seguintes:

[...]

3.11. Declaração da viabilidade ou não da contratação:

a) Explicitamente declarar que a contratação é viável ou que a contratação não é viável, justificando com base nos elementos anteriores dos Estudos Preliminares.

1. 15.2 Com base nos elementos levantados e analisados nestes estudos preliminares, a equipe de planejamento da contratação concluiu que a contratação é viável e imprescindível para garantir, em caso de sinistro(s), a recomposição do patrimônio mobiliário e imobiliário do Banco Central.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARINE DE ALCANTARA SANTOS DE LUCENA

Equipe de apoio

GUSTAVO JARDIM DE MOURA

Equipe de apoio

EVERTON LODETTI DE OLIVEIRA

Equipe de apoio